

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO  
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

**Maj INF HÉLIO GONÇALVES CHAGAS DE MACEDO**

**A GUERRA DAS MALVINAS E AS PERSPECTIVAS  
PARA A REGIÃO SUL-AMERICANA**



Rio de Janeiro

2018

Maj INF HÉLIO GONÇALVES CHAGAS DE **MACEDO**

**A Guerra das Malvinas e as perspectivas para a região sul-  
americana**

Orientador: MAJ ENG ANDERSON LUIZ ALVES FIGUEIREDO

Rio de Janeiro  
2018

Maj INF HÉLIO GONÇALVES CHAGAS DE MACEDO

## **A GUERRA DAS MALVINAS E AS PERSPECTIVAS PARA A REGIÃO SUL-AMERICANA**

Aprovado em 23 de novembro de 2018.

COMISSÃO AVALIADORA

---

**CONRADO JOSÉ SALES MORORÓ** – TC ENG- Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

**ÂNGELO OLIVEIRA ALVES** – TC ART- Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

**ANDERSON LUIZ ALVES FIGUEIREDO** - MAJ ENG - Presidente  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa, filhos, e meus pais, fontes  
de inspiração e exemplo.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, que sempre me iluminou, abençoou e protegeu minha família para que pudesse manter o foco no trabalho.

À minha família, pelo apoio incondicional, em especial à minha esposa que em todos os momentos me apoiou e incentivou, privando-se de horas de seu lazer e afazeres para cuidar das crianças, a fim de que eu tivesse tranquilidade para estudar, além do carinho e compreensão em todos os momentos, sendo fundamentais no sucesso da conclusão deste trabalho.

Aos meus pais, pelo incentivo constante para minha profissão, não medindo esforços para que eu chegasse até aqui. Em especial, ao meu pai que está na companhia de Deus, sempre guiando meus caminhos e conduzindo minha família para que eu possa me dedicar ao estudo e trabalho.

Ao Exército Brasileiro, por prover o sustento da minha família e me instigar todos os dias a ser um profissional melhor.

Ao meu orientador, pela liberdade de trabalho, pelas orientações pertinentes, auxílio nos momentos oportunos e confiança demonstrada ao longo de toda formulação do Trabalho.

“A claridade da luz solar, refletida nas ondas do mar, formam um espelho no qual todas as manhãs busquei vislumbrar a motivação para seguir em frente, como o vento que trazia constantemente a maré, e os pássaros que revoavam diariamente no crepúsculo”. (AUTOR)

## RESUMO

A guerra das Malvinas reuniu a Argentina e o Reino Unido em um conflito bélico em territórios do Subcontinente Sul-americano. A Argentina representava uma colônia histórica da Espanha desde o século XVI e a Inglaterra uma potência colonialista. Desde o século XVII diversas nações se revezaram no controle das Malvinas, com as nações supracitadas disputando a soberania da região no final do século XX.

Os opositores passavam situação política semelhante, com dificuldades econômicas e elevada insatisfação da sociedade. A Inglaterra possuía grande aparato militar, que foi decisivo no conflito ao seu favor. Além disso, a Argentina realizou ações militares com pouco planejamento e capacidade militar inferior aos ingleses.

Além da parte bélica, este trabalho procura apresentar o direito à soberania da região, tendo em vista que houve diversos documentos de organizações internacionais quanto a situação de posse sobre as Malvinas.

Por fim, percebe-se que a Inglaterra oferece elevada importância sobre as ilhas assim como a Argentina mantém interesse sobre as Malvinas até os dias atuais, sendo um objetivo nacional permanente dos argentinos no atual cenário mundial.

**Palavras-chave:** Malvinas; Argentina; Reino Unido; Soberania; Conflito.

## RESEÑA

La guerra de las Malvinas reunió a Argentina y el Reino Unido en un conflicto bélico en territorios del Subcontinente Sudamericano. Argentina representaba una colonia histórica de España desde el siglo XVI y Inglaterra una potencia colonialista. Desde el siglo XVII varias naciones de turnos en el control de las Malvinas, con las naciones citadas disputando la soberanía de la región a finales del siglo XX.

Los opositores pasaban una situación política semejante, con dificultades económicas y una elevada insatisfacción de la sociedad. Inglaterra poseía gran aparato militar, que fue decisivo en el conflicto a su favor. Además, Argentina realizó acciones militares con poco planeamiento y capacidad militar inferior a los ingleses.

Además de la parte bélica, este trabajo busca presentar el derecho a la soberanía de la región, teniendo en vista que hubo diversos documentos de organizaciones internacionales en cuanto a la situación de posesión sobre las Malvinas.

Por fin, se percibe que Inglaterra ofrece gran importancia sobre las islas así como Argentina mantiene interés sobre las Malvinas hasta los días actuales, siendo un objetivo nacional permanente de los argentinos en el actual escenario mundial.

Palabras clave: Malvinas; Argentina; Reino Unido; soberanía; Conflicto.



## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Mapa panorâmico da América do Sul e das Ilhas Malvinas

Figura 2 – Placa alusiva ao sentimento argentino em relação às Malvinas

Figura 3 – Presença de Leopoldo Galtieri nas Malvinas durante o conflito

Figura 4 – Resumo do conflito e seus principais atores

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>AS ORIGENS DO CONFLITO ARMADO.....</b>	<b>16</b>
<b>4</b>	<b>A GUERRA DAS MALVINAS E AS PERSPECTIVAS PARA A REGIÃO.....</b>	<b>23</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>33</b>
<b>6</b>	<b>REFERENCIAS.....</b>	<b>39</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a primeira metade do século XIX, a Inglaterra e a Argentina possuem uma relação internacional caracterizada pela disputa de soberania sobre a região das Ilhas Malvinas (para os argentinos) ou *Falkland Islands* (para os ingleses).

O conflito nas Ilhas Malvinas, entre Argentina e Reino Unido, se tornou um enfrentamento bélico no início da década de 1980, devido à insatisfação argentina pela posse do território por parte dos ingleses.

Para ilustrar o assunto abordado, são transcritos os ensinamentos de Goebel (1951, p. 520), referente à soberania e territorialidade da área em litígio que irá nortear a discussão aqui proposta:

*[...] queda por considerar la cuestión de la sucesión argentina a los derechos y reivindicaciones españolas. El principio fundamental de los arreglos territoriales en Sud América es El llamado uti possidetis de 1810. Por este principio se sobreentiende El derecho de las varias repúblicas em que se transformo El império colonial español, a las regiones comprendidas por las primitivas unidades administrativas de aquella nacionalidad. De esa manera, los limites de Capitanía general de Chile y los limites del Virreinato de Buenos Aires fueron adoptados como limites de la confederación Argentina. No puede Haber Duda de que las Malvinas formaban parte de este virreinato. El mero hecho de que fueran colocadas bajo la autoridad del mismo gobernador que las colônias de la Patagonia del Sur, es prueba suficiente de ello. Este principio abonaria una reivindicacion de soberania contra todos los demás estados sudamericanos. No importa que abopne o no uma reivindicación de soberania contra Gran Bretaña, porque a este respecto la reivindicación argentina está sostenida por la práctica de las naciones, em matérias que han sido generalmente denominadas de sucesión de estados [...].*

As ilhas Malvinas estão localizadas cerca de 480km a Leste da Argentina e 780 km do extremo Sul do Subcontinente Sul-americano. Um arquipélago formado por duas ilhas maiores e outras 200 ilhas menores, que totalizam uma área de 8.704 km<sup>2</sup>.

O arquipélago é de formação rochosa e desmatada, com predominância de pastos, sendo sua principal atividade econômica a pesca, com participação de US\$ 50 milhões perfazendo 65% da economia local. Recentemente, o turismo tem fortalecido a economia com a vinda de 70 mil pessoas/ano, buscando observar sua fauna, em especial os pinguins. A exploração de petróleo e gás natural aporta um superávit em torno de US\$ 3 milhões, o que leva a um PIB *per capita* de 23 mil Libras das Malvinas.

A região integra o território ultramarino do Reino Unido, com população de aproximadamente três mil habitantes, que tem idioma oficial o inglês, moeda Libra das Malvinas (FKP) e com a capital em Porto Stanley.

A presença humana na região data do século XVI, mas não há consenso entre argentinos e ingleses sobre a descoberta inicial. Um dos desembarques registrados foi do inglês John Strong, enquanto o lado argentino atribui o feito inicial da descoberta ao navegador Fernão de Magalhães.

Entre os séculos XVI e XIX, as ilhas foram exploradas por argentinos, franceses e ingleses, com estes últimos intensificando a presença na região após as invasões napoleônicas em 1806. Inicialmente conhecida por Porto Solidão, as Malvinas sempre tiveram a presença argentina por meio das Províncias Unidas da Bacia do Prata antes de sua independência.

A guerra teve duração de 74 dias e iniciou em 02 de abril de 1982. A região presenciou grande fluxo de militares ingleses, com caças, submarinos, navios, dentre outros meios. Do lado argentino, apesar de maior efetivo em cerca de 3.000 militares a mais, possuía menor poder de combate devido aos seus meios de combate.

O ataque às Ilhas Malvinas visava à obtenção da supremacia argentina, além do fortalecimento do patriotismo de seu povo e a desenvolver sua economia, já que era cogitada a existência de reservas de petróleo na região. O resultado foi uma fracassada ação militar, com controle do Reino Unido até os dias atuais.

Visando o entendimento dessa história, torna-se fundamental analisar também as intervenientes político-sociais internas argentinas como as reais causas da guerra frente aos britânicos, ou seja, fazer uma revisão histórica.

A Argentina atravessava um momento conturbado, passando por dificuldades econômicas, violações de liberdades individuais e direitos civis, perpetrados pelo governo militar, além do desaparecimento e morte de milhares de pessoas. A impopularidade do governo argentino frente à opinião pública era notável. Manifestações populares pacíficas e até de grupos armados de orientação marxista-guevarista opunham-se ao governo, os primeiros lutavam por democracia, os últimos pela ditadura do proletariado (CASSAROTTI, 2013, p.11).

O governo ditatorial de Leopoldo Galtieri buscou reverter a situação política com a invasão das Malvinas naquele mês de abril de 1982, visando a soberania sobre o arquipélago e tentando passar aos argentinos o sentimento de que o território a eles pertencia.

Dessa maneira, o trabalho também objetiva esclarecer a política e estratégia utilizadas no espaço geográfico do conflito, através da revisão histórica do período das batalhas e como desenvolveram os dois (02) meses de guerra.

Com um governo conduzido à mão de ferro, o presidente argentino se utilizou de características presentes nas obras maquiavélicas para obter apoio do povo e se manter no poder. Para essa perpetuação, toda ação ou tomada de decisão de Galtieri visava atingir o objetivo em questão, sendo o principal motivo que norteou o planejamento para invadir as Malvinas.

E sob a mesma ótica de importância, o trabalho irá analisar as implicações das relações entre os Estados no cenário mundial quanto ao pleito argentino junto a organismos internacionais, no sentido de perceber a real posição de Londres sobre o contorno final sobre a soberania das Ilhas Malvinas. Do lado inglês, parece não haver interesse na negociação sobre o território, o que deixa a Argentina de “mãos atadas” perante do cenário internacional.



**Figura 1:** Mapa panorâmico da América do Sul e das Ilhas Malvinas.

**Fonte:** Disponível em: <<http://fgvnoticias.fgv.br/pt-br/noticia/fgv-faz-parte-de-delegacao-brasileira-para-ilhas-malvinas#>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

## 2 METODOLOGIA

Essa pesquisa será qualitativa, descritiva, explicativa e bibliográfica, seguindo a taxionomia de Vergara (2015). Qualitativa porque terá relatos e análises de documentos sobre a guerra e as consequências que trazem para a região até os dias atuais. Para Vergara (2015), “a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou determinado fenômeno”, assim esse trabalho irá discorrer sobre as ações do Exército da Argentina e da Inglaterra sobre o arquipélago. Explicativa ao buscar mediante a apuração e levantamento do maior número de dados apresentar uma hipótese que tornará contundente os motivos que levaram o presidente argentino decidir por atacar os ingleses e qual país possui o direito de soberania sobre a região. Por fim, bibliográfica, pois será baseada em material publicado em livros, revistas, jornais, rede mundial de computadores, acessível ao público em geral, como por exemplo, nas obras das bibliotecas militares.

### 2.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Um aspecto importante reside na delimitação dessa pesquisa. O universo pesquisado se refere às bibliografias sobre a guerra das Malvinas e documentos históricos que contribuam para comprovar o direito de soberania sobre o arquipélago.

Além disso, o universo abrangerá também a exploração das características da região e o contorno geopolítico da época, assim como as perspectivas para os dias atuais.

### 2.2 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

Numa pesquisa científica, o método é a garantia de que o papel social da ciência prevalecerá sobre os interesses ou visões dos pesquisadores. Um método coerente e claro é condição fundamental para que se possa atribuir valor científico a qualquer estudo ou observação da realidade.

Esse artigo optou por uma metodologia do tipo ideal, pois a mesma é a que melhor permite realizar com mais exatidão a comparação da realidade dos fatos existentes na historiografia do conflito.

### 2.3 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Esta subseção tem por finalidade discorrer, de forma sintética, sobre as limitações do método e os reflexos para a apuração da pesquisa.

Em vista disso, este estudo pretende se descolar de correntes teóricas de pensamento, ao mesmo tempo que buscará ser fiel à história e seus fatos. Ademais, essa pesquisa reconhece as limitações do método pela dificuldade de traduzir sentimentos ou passagens do idioma espanhol de forma exata para o português.

### 3 AS ORIGENS DO CONFLITO ARMADO

A Guerra das Malvinas foi um conflito armado entre Argentina e Inglaterra pelas Ilhas Malvinas. As ilhas, localizadas no Atlântico, são questões de controvérsias em relação à soberania da região, já que diferentes relatos são de diversas nacionalidades terem chegado primeiro no pequeno arquipélago.

Tanto Espanha quanto Inglaterra defenderam a soberania sobre as ilhas, que também foram ocupadas por holandeses no final do século XVII. Os espanhóis alegam a chegada de sua Marinha meados do século XVI, enquanto os ingleses relatam a presença do navegador Hohn Davis em território das Malvinas em torno de 1592. Já os holandeses, se aproximaram do arquipélago por volta de 1601, com seu navio Goleof, quando as ilhas foram batizadas de Sebaldinas.

Em 1833, chegou na ilha Soledad o Comandante inglês J.J. Onslow que declarou ao representante de Buenos Aires nas ilhas, José Maria Pinedo, que a soberania das Malvinas estaria agora sob o nome da Sua Majestade Britânica. Os argentinos protestaram pela recuperação do arquipélago, e procuraram negociar com os próprios ingleses e também apelaram a foros internacionais.

Passados mais de 150 anos da declaração de posse inglesa e a Argentina vivendo sob uma ditadura em seu país, é deflagrada a Guerra das Malvinas no fim do século XX. Após o ápice do conflito diplomático, a Argentina toma as ilhas Malvinas no dia 02 de abril de 1982, sob ordem de seu presidente Galtieri, o qual tentava recuperar o apoio da população por meio de uma vitória militar.

A Argentina usa a interpretação da Resolução da Assembleia Geral da ONU nº 1514 "Declaração sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais" (ORGANIZAÇÃO, 1960), e urge com base no princípio da integralidade territorial e da *interface* ocorrida em 1833, com a expulsão dos argentinos que ali viviam, juntamente com seus víveres e que o Reino Unido, ato contínuo, tratou de reocupar, instalando bases militares, porém, inicialmente não povoando, gerando tradições e uma cultura *kelper*, haja vista ser forte o vínculo migratório da população (CARVALHO 2014, p.10).

Falar sobre o arquipélago das Malvinas sempre causa dúvida na população quanto ao direito à soberania da região, as causas do conflito, como se deram as batalhas e escaramuças durante a guerra, além das consequências que provocaram o atual estado do concerto entre as nações.

Como supracitado anteriormente, a Argentina defende que a Espanha realizou o descobrimento das Ilhas Malvinas em 1540 pelo seu navio "Incógnita", da Marinha. Há outros relatos, também, de supostos avistamentos das ilhas pelos navegadores ingleses,



John Davis em 1592, que relatou ter se deparado com as ilhas quando navegava rumo ao Estreito de Magalhães, e Richard Hawkins em 1594, o que acaba por constituir, posteriormente, em um dos principais argumentos ingleses para reclamarem a soberania das ilhas. Apesar dos relatos anteriores, a prioridade do descobrimento foi creditada aos holandeses que em 1600 se aproximaram da porção de terra - na realidade de três ilhas que fazem parte do arquipélago das Malvinas - com o navio Geleof, batizando-as de Sebaldinas (SILVA 2016, p.10).

Então, entre os séculos XVI e XVII, espanhóis e ingleses disseram ter avistado porções de terra, mas não ocuparam o local. Somente em 1600 é que há relatos de holandeses que batizaram o arquipélago com o nome descrito acima: Sebaldinas.

Portanto, vale ressaltar que existem pontos de vista distintos em relação ao direito de posse das Malvinas. Até o século XIX, havia pequenos povoados espanhóis na região, e com a independência argentina em 1810, passaram a estar sob seu controle o arquipélago.

Além disso, existem a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), na qual 19 Estados aprovaram as Ilhas Malvinas como sendo território argentino (ORGANIZAÇÃO, 2012) e a Resolução 1514/1960 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) (ORGANIZAÇÃO, 1960), que dá os direitos a autodeterminação e escolhas políticas e desprendimento do sistema colonial. A trama das Ilhas Malvinas não se resume apenas na Resolução de 1960 e o confronto em 1982, mas um histórico de assembleias havidas na ONU, com destaques para as seguintes Resoluções: 3160 de 1973; 31/19 de 1976; 37/09 de 1982; e, posteriormente, aos embates, as Resoluções: 39/6 de 1984; 40/21 de 1985; 41/40 de 1986b; 42/19 de 1987; e, 43/25 de 1988. Inclusive, com Carta para uma rápida solução desse impasse histórico, assinada pelos países da América do Sul e do Caribe, no ano de 2008. (ORGANIZAÇÃO: 1973, 1976, 1982, 1984, 1985, 1986b, 1987, 1988) e (CARDOSO, 2010).

As Malvinas, localizadas na Antártica e no Atlântico Sul, representam ilhas de interesse estratégico no cenário mundial. Para a Argentina, uma possibilidade de recursos naturais e energéticos, e para a Inglaterra certa aproximação do continente Antártico e mais um arquipélago na região do Atlântico Sul; já que a nação possui outros territórios, como as ilhas de Santa Helena e Geórgia do Sul.

As Malvinas estão dispostas em duas principais ilhas: Soledad – a leste – e Gran Malvinas – a oeste – separadas entre si pelo Estreito de San Carlos – que possui uma largura média de 15 km – e em um enxame de pequenas ilhas, cujo número passa de 100, entre elas, destaca-se, Borbón, Trinidad, Sebaldes, del Pasaje, Goicochea, San

Rafael e San José – em torno de Grand Malvinas – e Bougainville, de Los Leones Marinos, Pelada, Jorge e Águila – em torno de Soledad (CASSAROTTI, 2013).

A fim de intensificar o patriotismo entre a população argentina e recuperar a economia local, o presidente Galtieri decidiu atacar as Malvinas em abril de 1982. Para isso, precisou equipar suas Forças Armadas e realizar atividades secretas com a empresa Aerolíneas Argentinas para buscar armamentos em diversos países, como África do Sul e Israel.

Porém, o governo argentino elencou diversos aspectos que demonstravam baixa possibilidade de resposta por parte dos ingleses, como a grande distância da metrópole, o período de guerra fria vigente com os principais atores envolvidos em outras contendas, dentre outros.

Dessa forma, a Argentina planejou entre 1981 e 1982 a Operação Rosário, para tomar os arquipélagos. As forças argentinas hastearam a bandeira nacional nas ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul a partir do dia 03 de abril de 1982, fazendo dezenas de ingleses prisioneiros de guerra e provocando enorme comemoração pelo país. Assim, o objetivo de Galtieri parecia atingido.

A Inglaterra, mesmo passando por dificuldades econômicas e com pouco apoio popular ao governo de Margaret Thatcher, buscou solucionar o caso. Conseguiu, junto à Organização das Nações Unidas, a aprovação da resolução 502, a qual exigia a saída imediata da Argentina como condição para qualquer futura negociação sobre o arquipélago.

Durante os primeiros dias que sucederam a invasão argentina, os EUA e o Chile declararam apoio aos britânicos, desrespeitando o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), vigente no período em vigor, que era de “Guerra Fria”. O presidente cubano, Fidel Castro, colocou suas forças armadas a disposição da Argentina.

Não houve declaração de guerra por ambas as nações, mas o conflito se desenrolou desde 02 de abril até 14 de junho de 1982. A Inglaterra deslocou grandes efetivos para a região, sob a operação de nome Paraquat. Em pouco mais de dois meses, as forças argentinas foram aniquiladas. Apesar da vitória, os ingleses tiveram ensinamentos do conflito, como a necessidade de modernizar a frota naval com radares via satélite, já que foram surpreendidos pela força aérea argentina, em algumas ocasiões.

No hemisfério Sul, a guerra é chamada de Conflito das Malvinas, enquanto que na América do Norte e Europa recebe o nome de Conflito do Atlântico Sul.

Talvez, os resultados tivessem sido diferentes se a televisão britânica não tivesse transmitido uma informação errada. Em meados do mês de março de 1982, a mídia da

Inglaterra passou a informação de que haviam zarpado de Gibraltar, dois submarinos nucleares da Grã-Bretanha na direção das Ilhas Geórgia do Sul.

Um dos principais motivos do conflito girou em torno do incidente Davidoff. Tal evento é crucial para a análise da Guerra das Malvinas, já que ambas as nações tiveram diferentes visões do incidente, quando consultados pós guerra.

Em setembro de 1979, Constantino Davidoff assinou um contrato com uma companhia escocesa referente a exploração de baleias em Leith, Geórgia do Sul. Este contrato dava direito à exploração de ferro até março de 1983. As autoridades das Ilhas Malvinas foram informadas deste contrato em agosto de 1980.

A Convenção de Comunicações, de 1971, permitia viagens entre as Malvinas e a Argentina utilizando somente um cartão branco. Mas, é necessário recordar que, em resposta à Resolução Nr 1514 das Nações Unidas, os britânicos registraram a Geórgia do Sul como uma colônia separada das Malvinas e governada diretamente desde a Grã-Bretanha, administrada pelo governo das Malvinas somente por razões de conveniência. Cabe ressaltar que a Argentina rechaçou a necessidade de colônia para as Geórgias do Sul, sustentando que, igual às Malvinas, haviam pertencido sempre à Argentina e por isso não eram colônia de ninguém.

O problema surgiu quando Davidoff visitou Leith pela primeira vez para inspecionar as instalações que havia adquirido para exploração do ferro e baleias da região. Os britânicos sustentaram que ninguém podia desembarcar na Geórgia do Sul sem antes obter a permissão no ponto Grytviken, ou seja, uma autorização britânica.

O incidente começou formalmente quando Davidoff deixou Buenos Aires no navio Almirante Irizar e chegou a Leith em 20 de dezembro de 1981. A embaixada britânica havia sido informada em Buenos Aires de suas intenções, e viajou diretamente para Grytviken, sem obter a permissão supracitada e logo regressou à Argentina.

Hunt, o governador das Ilhas Malvinas, aparentemente se inteirou da visita por informes de que o navio Irizar se encontrava em Stromnes Bay e comentários da população de Grytviken. O embaixador britânico protestou ao governo argentino por este incidente, advertindo os argentinos que isso não deveria se repetir. O protesto fora protocolado em 18 de fevereiro e Davidoff se desculpou na embaixada britânica pelos possíveis constrangimentos causados e solicitou orientações quanto à correta abordagem às Ilhas Malvinas, para quando retornasse nas Geórgias do Sul. O governador Hunt notificou que haviam 41 pessoas embarcadas no "Bahía Buen Sucesso", um banque argentino de abastecimento antártico. Os operários argentinos haviam içado a bandeira da Argentina.



**Figura 2:** Placa alusiva ao sentimento argentino sobre as ilhas Malvinas.

**Fonte:** Disponível em: <http://operacoesmilitaresguia.blogspot.com.br/2012/12/a-guerra-das-falklands-analise.html>. Acesso em: 15 mai. 2018.

As autoridades argentinas descrevem o sucesso das ações supracitadas (conhecidas como "19 de março de 1982") como o "detonador". Esses eventos na Geórgia do Sul forçaram o episódio militar chave, a partir do qual não houve outra saída a não ser a guerra.

A reação britânica, frente ao incidente Davidoff, modificou o planejamento argentino. A informação na Inglaterra sobre o desembarque argentino, polarizou a ação britânica em Londres. Em Buenos Aires, a Junta começou a estudar a possibilidade de ocupar as Ilhas Malvinas e Geórgias antes do reforço dos ingleses. O vice-almirante Lombrado recebeu ordens de preparar com urgência a Operação Malvinas.

A ideia inicial dos ingleses era retirar os trabalhadores argentinos dispostos nas ilhas, e para isso, enviou o navio Endurance. Os britânicos receberam a informação de que a marinha argentina iria interceptar o Endurance por meio de duas fragatas, caso a população argentina fosse retirada da região.

Dessa maneira, os fatos se sucederam, da seguinte forma, até a eclosão do conflito:

Em fevereiro de 1981, o Reino Unido propôs à Argentina que fosse deixado de lado a questão da soberania em relação aos territórios das Malvinas, de forma que as conversas fossem tratadas no intuito de cooperação. Isso fora rechaçado pelos representantes argentinos.

Em janeiro de 1982, o governo argentino decide encarar o planejamento militar conjunto de operações com objetivo de ocupar as ilhas Malvinas e Geórgias do Sul. No

dia 12 deste mesmo mês, a Junta Militar argentina ordena a constituição de um Comitê de Trabalho integrado pelo General de Divisão Osvaldo García, pelo Vice-almirante Juan Lombardo e o Brigadeiro Sigfrido Plessel, para executar, no mais estrito segredo, o planejamento de uma operação conjunta destinada a recuperar a soberania nacional do território usurpado pelo Reino Unido.

Entre os dias 26 e 27 de fevereiro de 1982, se realizou a chamada "Sexta Roda de Negociações" entre representantes de Argentina e Reino Unido, onde nada fora resolvido. Frente a evidente e reiterada falta de progresso nas negociações com o Reino Unido, foi elaborado a Diretiva de Estratégia Nacional (DENAC), na qual se determinou a necessidade do emprego do Poder Militar para lograr o objetivo político correspondente, sem, no entanto, determinar a data para início das operações.

Por meio do Plano Esquemático de Campanha, foi previsto a ocupação militar das Ilhas Malvinas, Geórgias e Sandwich do Sul, mediante a execução de duas operações coordenadas (anfíbias e aeromóveis) precedidas por ações de infiltração e logo manutenção do objetivo frente a qualquer tentativa britânica de recuperar os territórios.

O governo argentino estabeleceu, também, o Teatro de Operações Malvinas (TOM), abrangendo as mencionadas ilhas, espaços marítimos adjacentes e o espaço aéreo correspondente. Este Teatro de Operações terminará em 07 de abril de 1982. Foi designado como comandante do TOM o General de Divisão Osvaldo García, como Governador Militar o General de Brigada Mario Menéndez, como Comandante da Força Terrestre o General de Brigada Américo Daher, como Comandante da Força Aérea o Brigadeiro Luis Castellanos e como Comandante da Força de Tarefa Anfíbia o Contra-almirante Walter Allara.

Para isso, em 1º de março de 1982, o Ministério de Relações Exteriores da Argentina expediu um comunicado sobre a necessidade de continuar com os esforços para recuperação das ilhas em curto prazo. Em 22 de março, o governo britânico apresentou uma reclamação formal perante o governo argentino, argumentando que alguns trabalhadores argentinos haviam desembarcado em Porto Leith (de acordo ao descrito no incidente Davidoff).

A partir disso, o governo britânico ordenou ao navio "Endurance" que rumasse às ilhas para fazer cumprir a expulsão dos trabalhadores argentinos.

Frente aos acontecimentos, no dia 23 de março de 1982, o governo argentino dispôs, de imediato, o banque argentino mais próximo, chamado "Bahía Paraíso", decidindo retirá-lo da Campanha Antártica para tentar chegar a Leith antes do que o britânico "Endurance".

A Junta Militar se reuniu por meio do seu Comitê de Trabalho para comunicar a sua decisão: a execução da operação entre 1º e 3 de abril de 1982 para realizar as ações supracitadas. Assim, o “Bahía Paraíso” chegou a Leith à meia noite do dia 24 de março, precedendo o desembarque de tropas da infantaria e da Marinha com o objetivo de proteger os cidadãos argentinos e fazer frente ao “Endurance”.

Após diversas rusgas durante o mês de março, no 1º dia do mês de abril, depois de uma troca de notas entre ambos os governos, o representante argentino, frente às Nações Unidas, denunciou a arbitrariedade britânica com os trabalhadores argentinos na Ilha São Pedro e a renúncia deste país em negociar a soberania das ilhas, o que não atendia a decisão da própria ONU.

Tais aspectos e acontecimentos colaboraram para a tomada de decisão do presidente e comandante em chefe argentino, Leopoldo Galtieri, em invadir os territórios das Malvinas e manter a ocupação. O objetivo político e militar argentino contava que o Reino Unido não fosse responder à altura as atividades argentinas.



**Figura 3:** Presença de Leopoldo Galtieri nas Malvinas durante o conflito.

**Fonte:** Disponível em: <http://media.perfil.com/malvinas/?p=147>. Acesso em: 15 mai. 2018

#### 4 A GUERRA DAS MALVINAS E AS PERSPECTIVAS PARA A REGIÃO

Às 07 horas do dia 1º de abril de 1982, a Força de Desembarque alcançou a posição de partida para o ataque, ajustando alguns detalhes, durante o resto do dia, os planos em detalhe e as últimas coordenações. Foi decidido em adiar por trinta minutos a operação anfíbia.

As autoridades britânicas informaram ao seu representante nas ilhas, que uma força de desembarque argentina se dirigia para as ilhas. Às 16:30 horas, o Governador britânico se reuniu com seus funcionários para saber das evoluções dos acontecimentos e, posteriormente passar às autoridades em solo inglês.

Às 2100 horas do mesmo dia, o Grupamento de Engenheiros e o grosso do Regimento de Infantaria, iniciaram o deslocamento para o aeroporto Comodoro Rivadavia, sob o comando do chefe da engenharia supracitada. No início da madrugada do dia 02 de abril de 1982, o governo britânico comunicou o governador Hunt que as conversações entre o presidente norte-americano Ronald Reagan e o governo argentino não tiveram sucesso nas tratativas diplomáticas perante o problema.

Às 0415 horas, o governador britânico declarou “estado de emergência”. Durante a manhã de 02 de abril, a Argentina realizou diversas ações militares sobre o território das Malvinas, com incursões aéreas, presença da infantaria e operações anfíbias. Os infantess foram os primeiros a combater com os britânicos, sob a liderança do Tenente Coronel Mohammed Ali Seineldin.

Às 0635 horas, o efetivo da Marinha argentina alcança o quartel dos Royal Marines em Moody Brook, encontrando-o totalmente deserto, contribuindo para que a tropa argentina continuasse seu avanço sobre a localidade. Em seguida, algumas viaturas da infantaria argentina alcançam a praia em sua costa Norte, ainda sem encontrar nenhuma resistência. Os infantess se lançam sobre as elevações que dominam o aeroporto desde Sudeste e as viaturas se organizam para possíveis enfrentamentos. Após a presença no aeroporto, os efetivos de infantaria do Exército e da Marinha da Argentina começaram a realizar a limpeza da região, já que os britânicos haviam deixado o local inviável para uso.

Os ingleses se renderam com fraca resistência inicial e sem baixas. A Argentina era liderada no Teatro de Operações pelo General de Divisão Osvaldo Garcia e contou com alguns feridos, cabendo destacar o Capitão de Corveta Pedro Edgardo Giacchino, que veio a falecer em seguida.

Às 12:30 horas foi realizado o arriamento da bandeira britânica e hasteada a bandeira argentina em território das Malvinas, depois de 149 anos de ocupação inglesa.

No dia 03 de abril de 1982, as forças argentinas recuperaram as Ilhas Geórgias. O Conselho de Segurança das Nações Unidas, por meio da sua Resolução 502, exigiu a saída da tropa argentina e negociações pela paz. A ministra Margaret Thatcher anunciou, perante a Câmara dos Comuns da Inglaterra, que seria constituída, de imediato, uma Força Tarefa com cerca de 25 embarcações da Marinha Britânica, para se deslocar pelo Atlântico Sul no mais curto prazo e recuperar as ilhas de imediato.

A partir de então, foi constituída a "Força Operacional 317", com 110 navios, 4 aviões "Vulan", 4 C-130, 10 aviões "Harrier GR3", 16 aviões "Nimrod", 16 aviões "Victor", 28 aviões "Sea Harrier", 140 helicópteros de variadas capacidades e cerca de 25.000 homens. Tudo com o objetivo de desencadear a "Operação Corporate" e devolver as Ilhas Malvinas à situação anterior ao dia 02 de abril de 1982. Para isso, o governo estadunidense autorizou o Reino Unido a utilizar a Ilha Ascensão para organizar seus efetivos militares e apoio logístico. Com essa nova situação, o Reino Unido se posicionou a 560 quilômetros das ilhas e produziu modificações no quadro estratégico do conflito.

A Força Tarefa Britânica estava no comando do contra-almirante John Woodward, com o almirante John Fieldhouse sendo chefe da Frota de Northwood e com o comandante da força terrestre nas mãos do general Hohn Jeremy Moore. Este último, durante as operações terrestres nas Malvinas, atuou também como administrador e coordenador logístico, assegurando o apoio da frota, da aviação e da logística das operações que se desenvolveram no âmbito dos comandantes de brigada, como Julian Thompson da 3ª Brigada e Anthony Wilson da 5ª Brigada.

No dia 1º de maio, os britânicos iniciaram suas ações de combate de forma efetiva, por meio do bombardeio aéreo sobre Porto Argentino às 0440 horas. A Artilharia argentina de defesa aérea abateu algumas aeronaves inimigas. Os britânicos transportaram grandes efetivos de reconhecimento e informação através de helicópteros, contando com o auxílio da população das ilhas, conhecida como "kelpers".

Entre os dias 05 e 12 de maio, os britânicos efetuaram bombardeios aéreos sobre o aeroporto de Porto Argentino e elevações no entorno estratégico. Buscou-se realizar um bloqueio marítimo e aéreo em relação às tropas argentinas, o que provocou grande impacto nos níveis de abastecimento destas e contribuiu decisivamente para o desenrolar do conflito.

Finalmente, na manhã de 29 de maio, com as tropas esgotadas por haver lutado por cerca de 40 horas, munições por se esgotar, postos de comando neutralizados e defesa aérea destruída pelos ingleses, o chefe do 12º Regimento de Infantaria resolveu



se render. O Comodoro Wilson Pedroso foi o elemento que realizou os últimos acordos para a rendição com os ingleses, pois era o oficial mais antigo entre os oficiais argentinos.

Durante a primeira quinzena do mês de junho, as tropas argentinas sofreram os últimos revezes. Os militares vinham de mais de 45 dias nas posições, com condições climáticas adversas e com crescente ação de fogo dos britânicos sobre suas posições de defesa. Sofriam ainda com restrições de alimentação e suporte logístico em geral, como explicitado anteriormente.

Os soldados argentinos já se encontravam sem equipamento, severamente esgotados ou feridos, muitos com anemia pela falta de alimentação, sem armamento e munição. Diversos combatentes perderam seus chefes feridos ou mortos, o que provocou influência negativa sobre aqueles que se lançavam ao combate.

Dessa maneira, a complexidade dos fatos para o lado argentino pesou decisivamente para que o general Benjamin Menéndez, no dia 14 de junho de 1982, realizasse a rendição oficial das tropas argentinas, o que restabeleceu a soberania dos territórios aos ingleses.

O conflito nos territórios das Malvinas apresentou características geopolíticas e econômicas de grande importância. Tal afirmação se ampara na diversidade de objetivos dos contendores, além do que o mundo se encontrava no período da Guerra Fria, com EUA e URSS liderando as ações mundiais.

Com históricos de confrontos, Brasil e Argentina realizaram acordos na segunda metade do século XX, principalmente na área econômica. Cabe ressaltar o Acordo de Cooperação Técnico operativa sobre Corpus-Itaipu, no ano de 1979. Posteriormente, em 1982, a Argentina era a segunda parceira econômica do Brasil, atrás somente dos EUA. A guerra ocorreu num período de grande proximidade da Argentina com o Brasil, porém com neutralidade deste último em relação ao conflito. Por outro lado, os EUA estiveram do lado do Reino Unido, indo de encontro aos interesses do continente americano quanto a uniformidade das relações. Tal aspecto representou certo retrocesso nestas relações, com os norte-americanos apoiando a OTAN e a Europa.

O enfrentamento entre os países demonstrou características marcantes, como apresentado por Brandão e Soares (2009, p.2):

[...] superioridade tática e bélica dos ingleses frente a proximidade geográfica do conflito favorável aos argentinos, a presença do filho da Rainha Elizabeth II, o príncipe Andrew entre os combatentes britânicos; a utilização de submarinos nucleares como forma de intimidação inglesa; enquanto o nacionalismo argentino aguçado, apoiando as forças portenhas; além da participação da Guerra Fria, por meio dos EUA e URSS dentro desse conflito [...].

Cabe destacar que as ilhas Malvinas sempre representaram territórios que causaram conflitos entre diversos Estados, com presença da Holanda, Reino Unido, Espanha, França e Argentina. Este último, durante os dois séculos anteriores, buscou inserir as Malvinas ao seu território por meio de ações políticas no cenário internacional, porém, sem sucesso.

Cardoso (2010) ainda expõe como relevante a aprovação da Resolução 1.514, pela ONU em 14 de dezembro de 1960, (ORGANIZAÇÃO, 1960) que consiste na Declaração de Concessão de Independência a Povos e Países Coloniais, que transcrevem os autores:

2º § “todos os povos têm direito a determinação, podendo livremente definir sua condição política [...] 5º § determina medidas imediatas que devem ser tomadas para que todos os territórios que não tenham alcançado a independência recebam todos os poderes inerentes a tantos, sem condições ou reservas, de acordo livremente expressa, e, sem qualquer distinção de raça, credo ou cor.

Essa documentação trouxe para o governo argentino a interpretação de que seria viável realizar o processo de integração dos territórios do arquipélago à sua soberania. Porém, em 1965 tentou negociar a situação no âmbito da ONU, sem obter o resultado esperado.

Do lado britânico, estava explicitada que a região era considerada uma colônia do Reino Unido, servindo de base militar no Atlântico Sul, assim como outras diversas ilhas sob seu controle. Tal assertiva vai de encontro, de forma antagônica, à interpretação argentina da região, a qual considera herdeira legítima da Espanha, que colonizou os territórios desde o século XVI. Para isso, é possível retirar um trecho de Groussac sobre o assunto em tela:

[...] El examen reflexivo de los documentos y actos históricos, me há llevado a la convicción de que la República Argentina, como heredera de España, tiene sobre las islas disputadas exactamente los mismos derechos que sobre la Patagonia, y provenientes de los mismos Orígenes [...]. (1982, p. 19).

É importante lembrar que, durante a Guerra das Malvinas, a Inglaterra teve apoio do Mercado Comum Europeu, da Organização das Nações Unidas e também dos Estados Unidos da América. No tocante a Argentina, recebeu apoio de Cuba, da URSS e da Organização dos Estados Americanos (OEA), fatos que não favoreceram o país sul-americano no conflito.

Outro fato que contribuiu para a disputa da região foi a Crise do Petróleo, durante a década de 1970. Com a dependência da maioria das economias desta fonte energética, o acontecimento impactou ainda mais os países de terceiro mundo, levando a Argentina a agravar seus problemas econômicos e se somar à crise política e social que o país já amargava perante a ditadura militar.

O governo norte-americano, durante todo o século XX, procurou influenciar e controlar as esferas políticas de todo o continente americano, evocando a “Pax Americana”. Para tal, concordava com governos militares e por vezes ditatoriais, como o da Argentina. Tal fato tinha como justificativa manter longe da influencia política americana a expansão do comunismo, principalmente de seu ator principal, a União Soviética.

A Argentina, pertencente ao Subcontinente Sul-americano, levou décadas para se recuperar frente ao trauma das Malvinas, tanto na esfera político/econômica quanto do lado social e militar. Ainda hoje, a nação tem como um de seus principais objetivos políticos âmbito nacional a reconquista da soberania das Ilhas Malvinas.

No final da primeira década do século XXI, surgiu outro obstáculo de extrema relevância, que foi a ativação da 4ª Frota Norte-americana. Este efetivo americano é responsável pela região do Atlântico Sul, o que trouxe indagações dos governos da Argentina e do Brasil em relação a esta tomada de decisão. Tal aspecto demonstra ainda maior distância quanto aos objetivos argentinos sobre as Malvinas, já que os EUA fazer parte do Conselho de Segurança da ONU ao lado da Inglaterra, e os anseios diplomáticos sobre as Malvinas tendem a não pender para o lado argentino. Além disso, os norte-americanos também têm por objetivo conter a expansão da China na área, além de interesses de empresas americanas sobre os recursos naturais descobertos na região das Malvinas, com possíveis reservas de petróleo.

O assunto demonstra relevância devido a dúvida no tocante o estabelecimento da soberania e supremacia dos territórios, que apesar das várias negociações internacionais e embates históricos, ainda apresenta fricção entre Reino Unido e Argentina sobre as Malvinas. Apesar dos mais de 180 anos de conflito e de inúmeras bandeiras impostas em seu solo, a bandeira que perdura sobre o solo do arquipélago é a inglesa e mesmo com o conflito armado havido em 1982, o desejo argentino de agregação deste a seu território ainda é explícito.

Mesmo com plebiscito realizado, no qual 98,8% dos *kelpers* (moradores das Ilhas Malvinas) optaram pela permanência do arquipélago como uma área dependente do governo inglês, ainda é uma intenção argentina que as 200 ilhas integrem seu território, alegando inclusive certo desinteresse do poder inglês sobre a área em disputa.

(MALVINAS, 2013). Conclui-se que, em relação à soberania das ilhas, pode-se aproveitar o comentário de Sakamoto (1991), quando expõe a tese de Jean Bodin, definindo soberania e supremacia e distinguindo estas em três implicações:

Em primeiro lugar, a supremacia em termos de sistema de valores. Em outras palavras, a soberania se refere a um indivíduo ou um organismo cujo valor intrínseco é considerado superior ao valor de outros indivíduos ou organismos. Portanto, a personalidade ou órgão soberano tem o *direito* de prevalecer sobre o direito dos demais. Segundo, a supremacia em termos de *interesse*. Significa que o interesse de um indivíduo ou de um organismo que é reconhecido como soberano deve ser considerado intrinsecamente prevalecente sobre os interesses dos outros. Em terceiro, a supremacia para além do sistema de valor. Não há norma moral, ética ou religiosa superior à soberania. A soberania é uma categoria política *sui generis*, que fica além do bem e do mal, do certo e do errado. Assim, a personalidade ou órgão soberano tem a *força (might)* para prevalecer sobre a força dos outros. (SAKAMOTO, 1991, p. 132-133).

Ou seja, como defende o próprio autor, as três linhas se convergem numa soberania, a qual se baseia na força e quando perde esse poder ou característica, as demais se esvaem. Quando há o interesse e o poder da soberania, o Estado consegue mobilizar tanto a população como a elite governante de um país (SAKAMOTO, 1991). O que leva a outro estudo realizado por Bobbio (apud CARDOSO, C.; CARDOSO, O., 2010) que distingue a soberania entre: a interna, entre governantes e governados; e a externa, que emerge da relação entre os Estados. Apesar da Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), na qual 19 Estados aprovaram as Ilhas Malvinas como sendo território argentino (ORGANIZAÇÃO, 2012) e a Resolução 1514/1960 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) (ORGANIZAÇÃO, 1960), que dá os direitos a autodeterminação e escolhas políticas e desprendimento do sistema colonial. A trama das Ilhas Malvinas não se resume apenas na Resolução de 1960 e o confronto em 1982, mas um histórico de assembleias havidas na ONU, com destaques para as seguintes Resoluções: 3160 de 1973; 31/19 de 1976; 37/09 de 1982; e, posteriormente aos embates, as Resoluções: 39/6 de 1984; 40/21 de 1985; 41/40 de 1986b; 42/19 de 1987; e, 43/25 de 1988. Inclusive com Carta para uma rápida solução desse impasse histórico, assinada pelos países da América do Sul e do Caribe, no ano de 2008. (ORGANIZAÇÃO: 1973, 1976, 1982, 1984, 1985, 1986b, 1987, 1988) e (CARDOSO; CARDOSO, 2010). O que leva as vertentes de solução de devolução das ilhas ao reconhecimento da soberania argentina, a não contestação da soberania inglesa sobre as mesmas, ou à independência por definitiva das ilhas, seguindo a Resolução de 1960, tornando-se suprema de seus direitos e interesses. É válido esclarecer que, embora por motivos diferentes, a Argentina e o Reino Unido adotam posturas diferentes sob a égide das resoluções das Nações Unidas.

A maior parte dos textos e tratados relacionados com a soberania das Malvinas dedicam páginas e páginas sobre a questão diplomática. Os argentinos dão elevada importância a todo o processo e acreditam na diplomacia para reaver posse das Malvinas. Estão convencidos de que a capacidade militar pode contribuir para o desenvolvimento desta diplomacia citada até seu limite máximo, sem cruzar a fronteira para a guerra. Por outro lado, os britânicos, possuem elevada persuasão no processo mundial diplomático e também dispõem de grande força militar para defender seus interesses no âmbito da diplomacia.

O acontecimento da Guerra das Malvinas concorre para se manter latente na memória, em especial dos países latino-americanos. Tal assertiva se deve ao fato da presença argentina no conflito, como protagonista devido a sua proximidade do local.

Em relação ao aspecto militar, destaca-se o predomínio da força aérea durante a guerra, o que favoreceu o poderio britânico na definição do destino das ilhas.

Por meio de estudos mais aprofundados, é possível relacionar os conceitos filosóficos de Clausewitz, em sua obra " Da Guerra ", no que tange ao componente centro de gravidade. Tal aspecto foi decisivo devido a superioridade britânica sobre os argentinos.

Quando são analisados o povo, o governo e as forças armadas, também destacados por Clausewitz, percebe-se que, em 1982, o controle político da Argentina estava sob controle de um governo militar, sendo seu presidente o General Leopoldo Fortunato Galtieri, o qual era também Chefe do Estado-Maior do Exército. Em 1981, Galtieri substituiu o Gen Viola e o desenlace natural do país seria na direção da democracia e aproximação argentina daqueles países Não-alinhados. Por sua formação profissional, imaginou-se que seu mandato seria um período de moderação, de trânsito para a democracia e de que a Argentina se integraria ao Movimento dos Não-Alinhados.

Portanto, nada direcionava para uma campanha militar na região. Porém, a crise econômica instalada na República da Argentina contribuiu para que o presidente Galtieri desenvolvesse a ideia de recuperar as Ilhas Malvinas.

A reação exagerada do povo argentino à notícia da recuperação das Malvinas, fez ressurgir o sentimento do orgulho nacional. Esse fato levou a mudanças internas, como o estabelecimento da permanência nas ilhas e o enfrentamento com os britânicos se tornarem objetivos políticos nacionais.

Esses detalhes iam ao encontro às teorias de Clausewitz, envolvendo a vontade do povo, os anseios políticos e o alinhamento militar, para conformar as ações na nação argentina na busca do seu estado final desejado que representaria a pujança do

desenvolvimento nacional. Dentro desse contexto, seria então vital a posse dos territórios que formam as Malvinas.

Outro assunto importante em relação às perspectivas para a região das Malvinas é a questão da desmalvinização e malvinização. Esses dois termos, que representam definições complexas, podem ser compreendidos por Francisco Pestanha (2012: 24), o qual explica que quem aborda as consequências históricas, políticas e sociológicas da batalha pelas Malvinas, tem que reconhecer que um dos temas mais interessantes que recaiu sobre o conflito é o dispositivo que a literatura política chama de desmalvinização. De acordo com o autor (2012:24), a ideia de desmalvinização é atribuída ao intelectual francês Alain Rouquié, que em uma entrevista para Osvaldo Soriano da Revista Humor, em 1983, explicou que seria fundamental para o prosseguimento da história argentina que ocorresse a desmalvinização, ou seja, procurar deixar de lado essa busca incessante pela sua posse: “Isto é muito importante: desmalvinizar, porque para os militares as Malvinas serão sempre a oportunidade de recordar sua existência, sua função, e um dia, de reabilitar-se. Tentaram fazer esquecer a guerra suja contra a subversão e vão fazer saber que eles tiveram uma função evidente e manifesta que é da defesa da soberania nacional”.

Rouquié entendia que a fim de impedir o regresso das Forças Armadas ao poder e sua reabilitação, era preciso abrir mão de qualquer reivindicação da “causa Malvinas”, o que é questionado por Pestanha (2012:25), que ressalta haverem intelectuais que defendem que a desmalvinização não teve como objetivo principal evitar a volta dos militares, mas organizar as bases para o reestabelecimento das relações bilaterais entre Argentina e Grã-Bretanha “instituído, posteriormente, um novo engajamento econômico-financeiro que certos historiadores descrevem em termos modernos, como ‘o novo estatuto legal do colonialismo’”. Conforme o autor (2012:25-26) existe a possibilidade de que a ideia de desmalvinizar começou antes da declaração de Rouquié, ainda durante o conflito, quando os militares perceberam que seria impossível a vitória e começaram a empreender manobras “Certas datas históricas permitem assegurar essa posição; entre outras, a manobra montada para evitar que os soldados que regressaram do arquipélago tomassem contato com a população. Episódios como o de Puerto Madryn, onde uma multidão conseguiu romper o rigoroso cerco que pretendia impedir o contato dos veteranos com a multidão, dão conta precisa deles”, sendo que essa ação faria parte de um “conjunto de ações impulsionadas desde o poder militar, político, econômico e simbólico durante o período pós-guerra, tendentes a marginalizar nossa memória coletiva do conflito bélico acontecido em 1982”.

O Tratado de Madri, de fevereiro de 1990, estabeleceu o acordo final entre Argentina e Inglaterra, o que se alinha com o termo citado acima em que “Desmalvinizar foi e é sentirmos inferiores, humilhados, desarmados espiritualmente. É voltar a crer que somos incapazes de protagonizar grandes causas nacionais. É não crer sermos capazes de resolver os problemas argentinos com nossa própria capacidade material e intelectual. Desmalvinizar é repetir, como própria, a versão do inimigo sobre Malvinas. Desmalvinizar é aceitar e repetir que foi Argentina a que iniciou uma ‘aventura bélica’, quer dizer, ‘a invasão e a guerra’ esquecendo que a origem do problema se iniciou em 1833 quando a pirataria inglesa invadiu nossas ilhas e desconhecer o interesse geopolítico atual da Grã-Bretanha e Estados Unidos de criar uma fortaleza militar no Atlântico Sul”.

Outro autor, Hudepohl (2007:213), ressalta que os meios de comunicação de massa na Argentina tiveram um papel importante na desmalvinização devido a falta de autocrítica por sua atuação durante o conflito, que redundou em omissão com os problemas do pós-guerra “isto caiu demonstrado com a quase nula participação e a falta de espaço que tiveram e tem, atualmente, os veteranos nos meios de comunicação de massa”.

Diversas organizações de veteranos de guerra e seus familiares empreenderam um processo de luta contra a desmalvinização, defendendo a malvinização do tema. Porém, os diferentes grupos têm diferentes interpretações sobre tais termos.

A concepção do autor Rouquié se reduz a uma relação binária de democracia/ditadura, poder civil/poder militar, etc., e foi justamente a política que empreendeu nos primeiros momentos Alfonsín “E em realidade o que produziu foi a perda de sentido histórico, reduzindo uma experiência histórica que havia desatado forças imaginadas ainda para a própria ditadura, e reduzindo-a a um tema de conjuntura política dos anos 80. Então, isso foi desmalvinizar”. Um processo que o veterano defende ter tido uma série de direções operativas concretas, como construir a imagem de vítimas, ao invés de heróis para os combatentes, e ao invés de assinalar os atos épicos, assinalar apenas os atos miseráveis. De acordo com o veterano, para superar a desmalvinização é necessário incluir, no significado de Malvinas, conceitos que podem servir a todo o destino da Argentina e da América do Sul. “Eu quando falo da Pátria, não estou falando da Argentina, me parece hoje que o patriotismo é sul-americano”.

A Guerra das Malvinas possibilitou uma grande mobilização social na busca da posse dos territórios das Malvinas, ou seja, em torno da soberania e independência nacional. Apesar do apoio da América Latina, não foi suficiente para a vitória, já que as principais potências se aproximaram da Inglaterra.

De outro lado, alguns defendem a memória da guerra, da causa e o esquecimento do papel do governo da ditadura militar em sua deflagração, porque a causa é mais importante que essas questões que envolvem o regime de governo, outros advogam pela memória da guerra, mas também da relação desta com a ditadura militar; já que essa memória é necessária para a justiça e a reparação, pois consideram que crimes contra a humanidade, que marcaram as ações da ditadura no país, também, foram cometidos no front. Tal discussão, de acordo com Ansalti (2012:17), se trata, portanto, “de uma confrontação por definir o conteúdo do que tem de recordar e, por extensão, o que tem de esquecer. Posto em outros termos, existe um conflito de memórias – ou memórias em conflito – pois não existe uma única memória, senão a pluralidade de memórias em confrontação”. A relação ditadura militar/Guerra das Malvinas é o que no imaginário de alguns dos veteranos aparece como o termo desmalvinização e, de acordo com Lorenz (2012:229), seria “uma homologação entre qualquer reivindicação das causas para a guerra e dos motivos e convicções daqueles que participaram nela com a ditadura militar”, ressaltando que para este grupo de veteranos essa relação está dentro de um processo de “operações políticas tendentes a deslegitimar sua experiência, a partir de assinalar o que entendiam como simplificações na discussão política da transição. Fundamentalmente, aquelas para as quais ‘reivindicar a causa de Malvinas é reivindicar a Galtieri; 2 de abril igual a Junta Militar; nacionalismo popular igual a fascismo”.



## 5 CONCLUSÃO

A Guerra das Malvinas representou um marcante fato no cenário mundial durante o século XX. A Argentina e o Reino Unido empreenderam intensos esforços para manter ou adquirir a soberania sobre os territórios.

O governo da nação sul-americana buscava aumentar o apoio popular ao presidente Galtieri. O presidente também era o Comandante em Chefe do Teatro de Operações. De maneira semelhante, o governo inglês também não possuía apoio da maior parte da população e ainda passava por uma crise econômica.

Ambas as nações se dedicaram a conquistar e manter a região, porém a Argentina não foi capaz de fazer frente ao poderio militar da Inglaterra, sendo derrotada em cerca de dois meses de conflito.

Em síntese, a Inglaterra saiu vitoriosa e o governo readquiriu a confiança e o apoio da população. De outra maneira, o governo ditatorial argentino teve sua situação agravada perante a opinião pública, elevou-se também a crise econômica e social, culminando com a queda do regime argentino.

Apesar das diversas negociações em torno do assunto no âmbito internacional, nenhum órgão ou nação foi capaz de impedir o enfrentamento entre os contendores.

Considerando o conflito sobre a posse da região desde o século XVII, foram quase 200 anos de fricções até a deflagração em 1982. Estiveram presentes nos territórios os holandeses, argentinos, ingleses, espanhóis e os britânicos tendo estes últimos sua bandeira tremulando nas Malvinas desde 1982 até os dias atuais.

Apesar do plebiscito realizado nas Malvinas pelo governo britânico, onde mais de 98% dos Kelpers (moradores das ilhas) foram favoráveis à continuação da dependência das Malvinas ao governo inglês, os territórios ainda continuam sendo um objetivo nacional da Argentina.

Cabe ressaltar a opinião de Sakamoto (1991) em relação ao estágio de soberania das ilhas em que quando há o interesse e o poder da soberania, o Estado consegue mobilizar tanto a população como a elite governante de um país (SAKAMOTO, 1991). Tal afirmação leva a outro estudo, do escritor Cardoso (2010), o qual distingue a soberania entre: a interna, entre governantes e governados; e a externa, que emerge da relação entre os Estados. Apesar da Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), na qual 19 Estados aprovaram as Ilhas Malvinas como sendo território argentino (ORGANIZAÇÃO, 2012) e a Resolução 1514/1960 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) (ORGANIZAÇÃO, 1960), que dá os direitos a

autodeterminação e escolhas políticas e desprendimento do sistema colonial. A trama das Ilhas Malvinas não se resume apenas na Resolução de 1960 e o confronto em 1982, mas um histórico de assembleias realizadas na ONU, com destaques para as seguintes Resoluções: 3160 de 1973; 31/19 de 1976; 37/09 de 1982; e, posteriormente aos embates, as Resoluções: 39/6 de 1984; 40/21 de 1985; 41/40 de 1986b; 42/19 de 1987; e, 43/25 de 1988. Inclusive com Carta para uma rápida solução desse impasse histórico, assinada pelos países da América do Sul e do Caribe, no ano de 2008. (ORGANIZAÇÃO: 1973, 1976, 1982, 1984, 1985, 1986b, 1987, 1988) e (CARDOSO; CARDOSO, 2010). O que leva as vertentes de solução de devolução das ilhas ao reconhecimento da soberania argentina, a não contestação da soberania inglesa sobre as mesmas, ou à independência por definitiva das ilhas, seguindo a Resolução de 1960, tornando-se suprema de seus direitos e interesses. É importante destacar que a Inglaterra e a Argentina têm reações diferentes nas relações internacionais, principalmente no que tange às resoluções presentes na ONU.

Após o levantamento de dados para a realização deste trabalho, pode-se inferir que a Argentina procura usufruir de seus direitos de soberania e supremacia sobre as Malvinas, pois de acordo à interpretação da Resolução Geral da ONU nº 1514 "Declaração sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais" (ORGANIZAÇÃO, 1960), parece justo a aplicação do princípio da integralidade territorial com base no ano de 1833, quando os argentinos foram expulsos de suas terras e a Grã-Bretanha ocupou as Malvinas com a instalação de bases militares e posteriormente enviando alguns imigrantes para se juntar aos povos kelper já existentes. Tais fatos desenvolveram culturas e tradições específicas para esta população, distanciando-os em características e crenças dos argentinos em geral.

Para o atual governo argentino, a região das Malvinas cresceu ainda mais de importância, pois recentemente houve descobrimentos de fontes de energia, tanto na Geórgia quanto na Sandwich do Sul. Tais descobertas se tornam fundamental para a nação sul-americana devido à segurança energética, que pode atingir qualquer nação no cenário atual.

Nos anos 1970 já havia pesquisas sobre a existência desses recursos na região, prioritariamente petróleo e hidrocarbonetos, o que contribuiu para que o Reino Unido voltasse suas atenções às Malvinas quanto a manutenção da soberania.

Além dos fatos supracitados, a Argentina também reivindica a soberania da região por outros fatores. Dentre estes se podem relacionar a importância das Malvinas como base territorial, tendo em vista a proximidade com o território Antártico e suas riquezas. A

partir das novas descobertas, principalmente na área do Atlântico Sul, no Golfo da Guiné e o próprio pré-sal brasileiro, em consonância às presenças dos asiáticos (Índia e China) atrás destas riquezas para obter oferta às suas populações, as disputas por regiões como as Malvinas tendem a aumentar neste século XXI.

Dessa maneira, a possível exploração desses recursos pode gerar divisas importantes no atual cenário argentino. O país vem em recuperação econômica buscando se reestruturar desde o calote de sua dívida externa em 2001, além de ter passado por mais de uma década por governos socialistas que recrudesceram a situação. Esse lucro também gera interesse aos ingleses, os quais não negociam a soberania das Malvinas. Como dito anteriormente, a Grã-Bretanha realizou um plebiscito com os cidadãos das Malvinas para levantar a opinião destes sobre a preferência do governo que gostariam de estar subordinados, o que fora veementemente contestado pela Argentina devido a grande maioria dos habitantes serem ingleses e facilitar o resultado em favor da Inglaterra.

A Inglaterra se ampara no Tratado de Lisboa de 2007 para estabelecer, por meio de seu anexo II, que os territórios das Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul são extensões terrestres da coroa britânica, sob aprovação dos outros membros da União Europeia.

Cabe destacar que na década anterior ao conflito houve graves crises do petróleo, o que aumentou os preços do barril por todo o mundo e também motivou a Inglaterra decidir por uma intervenção militar perante a presença argentina nas Malvinas em 1982.

Além da derrota na guerra, a Argentina presenciou a queda do regime militar e a ausência do apoio norte-americano para a recuperação econômica. Outra consequência do conflito foi a perda de força política do Tratado Interamericano de Assistência (TIAR), pois os EUA se dirigiram para o âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e os países vinculados a esta organização já haviam submetido a Argentina a diversos embargos. Essas situações contribuíram diretamente para a vitória do Reino Unido na guerra das Malvinas.

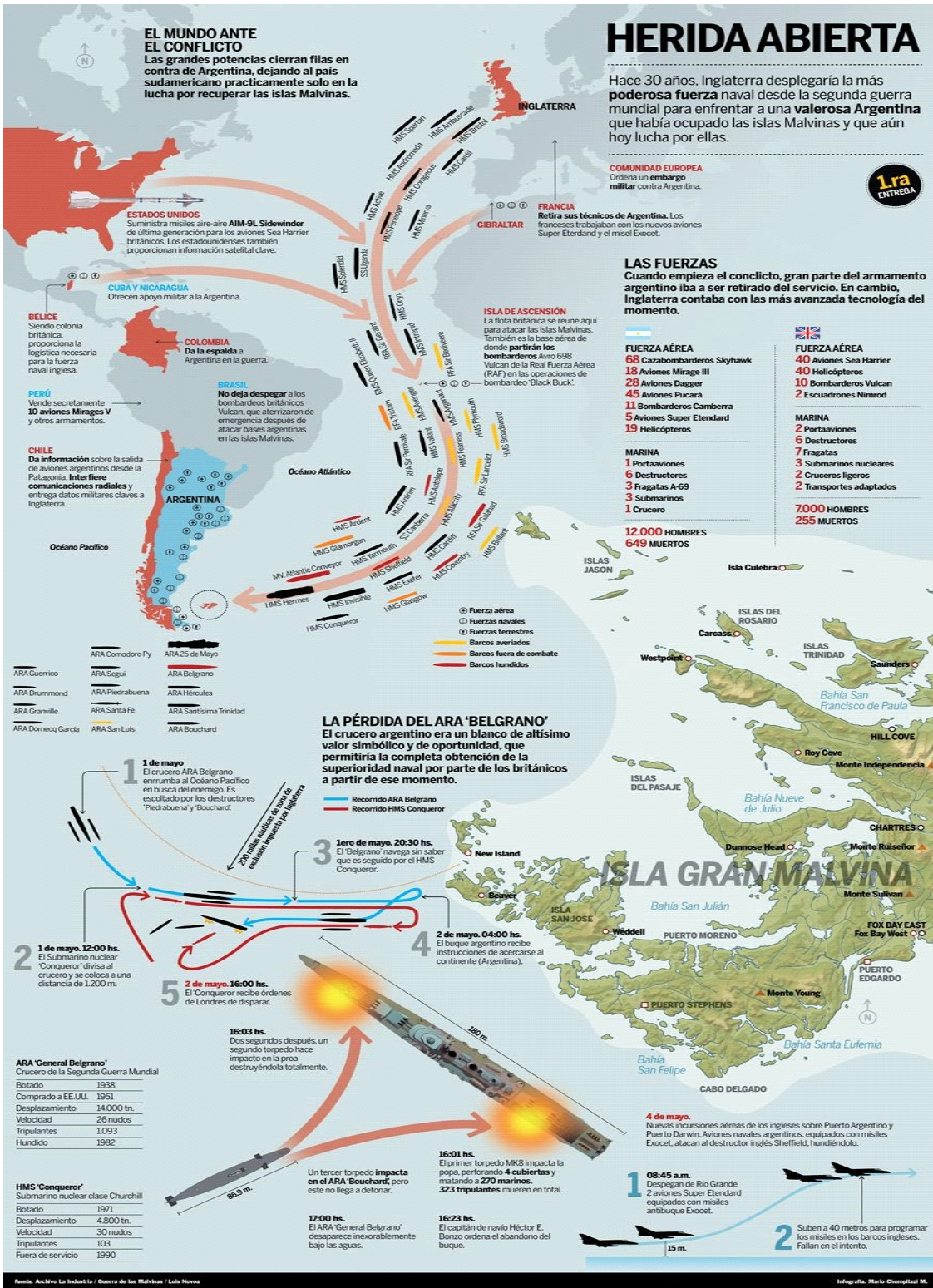


Figura 4: Resumo do conflito e seus principais atores.

Fonte: Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/551550285599191560/>. Acesso em: 17 jun 2018.

Cabe ressaltar o crescimento do nacionalismo argentino na ocasião do conflito. Tal fato proporcionou certa ilusão quanto às esperanças de recuperação econômica e estabilidade política para a nação argentina. Porém, tais anseios acabaram por não se

concretizarem, já que a surpresa inicial não fora sustentada devido à fragilidade argentina perante os instrumentos legais que esperava receber como apoio dos países americanos, como o já citado TIAR, onde os norte-americanos apoiaram os ingleses e os demais, como o Brasil, apoiaram de maneira tímida a Argentina.

As instabilidades política e econômica do governo Galtieri, supracitadas anteriormente, levaram o governo argentino à tentativa de utilizar a Guerra das Malvinas para buscar superar, e ao mesmo tempo superar o baixo desempenho do PIB e crescimento acentuado da dívida externa.

Então, o governo argentino se utilizou do nacionalismo para nutrir as perspectivas e ideais da população, visando espalhar este sentimento por todo o país. Dessa maneira, foram inúmeras as frases e comentários da época, como “Melhor que ter navios de ferro com homens de madeiras, é ter navios de madeiras com homens de ferro”; “As Malvinas foram, são e serão argentinas”; “[somos] 27 milhões de soldados”, essa última se referia a população nacional. (BRANDÃO; SOARES, 2009, tradução do autor).

Pode-se inferir que as Malvinas foram e são objetivos nacionais, assim como cita Romero (2006), “o plano de ocupar as Ilhas Malvinas era uma tentativa de apaziguar problemas internos, uma vez que a Argentina já se encontrava em crise e os planos apresentados para atacar a recessão não estavam sendo eficazes. Porém, a ótica do então presidente Galtieri mirava outro adversário: o Chile, com o qual a Argentina tinha questões não definidas acerca do Canal de Beagle, que auxilia na ligação dos Oceanos Atlântico e Pacífico. Mesmo com a feitura de dois laudos arbitrais (1977 e 1980), sendo este último elaborado pela Santa Sé, há a recusa argentina de aceitar a resposta, qual seja, a titularidade do canal ao Chile. Com isto, permaneceria a beligerância com aquele país, o que motivará para estar ao lado do Reino Unido no conflito”.

Ao mesmo tempo que acreditava que a “Invasão das Malvinas” não criaria repercussão, já que a coroa britânica pouco se interessava em conservar tais ilhas, já que essas não lhe rendiam ônus nem bônus, descrevem Brandão e Soares (2009). A fim de ressaltar a ideia do nacionalismo por parte da Argentina, pode-se relacionar o pensamento de Iglesias (2012, p. 25), onde relata que:

[...] lo que nos trae de nuevo a Malvinas, una guerra decidida cuando se agotó la “plata Dulce”, epopeya fundacional Del ´deme dos´ argentino periodicamente em auge; comenzaron las protestas sociales y la dictadura no tuvo mejor Idea que huir para adelante apelando al caballito de batalla Del nacionalismo argentino: Malvinas. Las consecuencias fueron desastrosas em todos los sentidos, comenzando por la clausura de toda posibilidad de recuperar las islas

pacíficamente, devolución que El Reino Unido estaba evaluando, según demuestran documentos recientemente desclasificados [...].

Apesar do controle britânico sobre as Malvinas, desde 1833, o governo argentino, liderado por suas forças armadas, mantém até os dias de hoje a posse do arquipélago como objetivo nacional. Tal anseio alimenta o sonho dos argentinos sobre os territórios.

## 6 REFERÊNCIAS

ARINOS FILHO, Afonso. **Diplomacia independente**: um legado de Afonso Arinos. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

ASSEMBLÉIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, **Resolução 1514 (XV)**, 14 de dez. de 1960.

BRANDÃO, L.; SOARES, M. R. L. “Navios de madeira, homens de ferro”: A problemática das relações internacionais da Guerra das Malvinas (1982). **Revista de Relações Internacionais e Economia – RECRIE**, Santo André, n. 1, dez. 2009. Disponível em: <<http://www3.fsa.br/proppex/recrie/numero1/recrietexto52009.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2014.

CARDOSO, C. D; CARDOSO, O. V. As Malvinas são argentinas? **Revista Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 53-56, maio 2010. Disponível em: <<http://www.jus.com.br/artigos/14478/as-malvinas-sao-argentinas>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

CARVALHO, ROGÉRIO DO NASCIMENTO. **ILHAS MALVINAS: UM REFLEXÃO SOBRE A SOBERANIA ARGENTINA**, 2014.

CASSAROTTI, Hugo. **MALVINAS 1982**: O Uso da Guerra Pelo Estado. 2013.

COLOMBO, Sylvia. Economia anima moradores das Malvinas. **Folha de S. Paulo**, Buenos Aires, 22 jan. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/21435-economia-anima-moradores-das-malvinas.shtml>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da Teoria Geral do Estado**. 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 1976

**Declaração sobre a Questão da Ilhas Malvinas. AG/DEC. 70 (XLII-O/12)**. Cochabamba, 2012. Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/42ag/>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

GOEBEL, J. **La pugna por las islas Malvinas**. Buenos Aires: Yale University Press, 1951.

GROUSSAC, P. **Las islas Malvinas**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 1982.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembléia Geral. **Resolução 1514, de 14 de dezembro de 1960**. Declaração sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais. Nova Iorque, 1960.

MALVINAS aprovam domínio britânico. **G1**, São Paulo, 11 mar. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/03/malvinas-aprovam-dominio-britanico.html>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Resolução 3160, de 14 de dezembro de 1973**. Questão das Ilhas Falklands (Malvinas). Nova Iorque, 1973.



\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Resolução 31/19, de 24 de novembro de 1976.** Respeito pelos Direitos Humanos em Conflitos Armados. Nova Iorque, 1976.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Resolução 37/9, de 4 de novembro de 1982.** Questão das Ilhas Falklands (Malvinas). Nova Iorque, 1982.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Resolução 39/6, de 1 de novembro de 1984.** Questão das Ilhas Falklands (Malvinas). Nova Iorque, 1984.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Resolução 40/21, de 27 de novembro de 1985.** Questão das Ilhas Falklands (Malvinas). Nova Iorque, 1985.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. **Resolução 41/11, de 27 de outubro de 1986.** Declaração de Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul. Nova Iorque, 1986.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. **Resolução 502, de 3 de abril de 1982.** 1982b.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Declaração sobre a Questão da Ilhas Malvinas. AG/DEC. 70 (XLII-O/12).** Cochabamba, 2012.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Resolução 41/40, de 25 de novembro de 1986.** Questão das Ilhas Falklands (Malvinas). Nova Iorque, 1986b. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/41/40&Lang=E&Area=RESOLUTION](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/41/40&Lang=E&Area=RESOLUTION)>. Acesso em: 27 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Resolução 42/19, de 17 de novembro de 1987.** Questão das Ilhas Falklands (Malvinas). Nova Iorque, 1987. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/42/19&Lang=E&Area=RESOLUTION](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/42/19&Lang=E&Area=RESOLUTION)>. Acesso em: 27 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Resolução 43/25, de 17 de novembro de 1988.** Questão das Ilhas Falklands (Malvinas). Nova Iorque, 1988.

SAKAMOTO, Y. O contexto global da democratização. Tradução de Isa Mara Lando. **Lua Nova**, São Paulo, n. 23, p. 131-144, mar. 1991. Apresentado na Conferência Aprofundando e Globalizando a Democracia - Yokohama, Japão, 17 a 22 mar. 1990. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n23/a09n23.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

SILVA, MAURINEIDE. **Trinta e Três Anos de Guerra: 1982 a 2015.** 2016

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 301 p., il. Bibliografia: p. 269-287. ISBN: 978-85-224-4999-6.